

Maria Luiza Marques Dias examina três experiências de escalas e conteúdos diferenciados de valorização do patrimônio em ação planejada: o tombamento da Serra do Mar, conjunto importante de patrimônio natural; a imaterialidade do Projeto Velho Cinema Novo; e o planejamento de Curitiba à luz do conceito de patrimônio. O resultado aponta, nos três casos, que planejamento e preservação não são políticas antagônicas e seus componentes simbólicos são passíveis de apropriação pela população e poder público, gerando a ressignificação de uma nova cultura urbanística.

Por fim, a análise da destinação de resíduos sólidos domiciliares em São Paulo serve de base para Claudia Ruberg formular uma proposta que opta pela redução do volume de resíduos através da incineração e de uma distribuição das estações de modo a reduzir racionalmente as viagens e a poluição por ela gerada.

Para os organizadores, as publicações das súmulas de trabalhos realizados entre 2004 e 2006 retratam a reorganização do Programa de Pós-Graduação nas novas áreas de concentração e do debate que as caracterizaram. O livro vai deve despertar nos leitores a vontade de conferir as teses e dissertações em sua íntegra e também proporcionar, pela sua qualidade e problemas levantados, novos e amplos caminhos de pesquisa que dêem conta do desenvolvimento das nossas cidades.

## A ERA DA INDETERMINAÇÃO

Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek (Orgs.)  
São Paulo: Boitempo, 2007 (Coleção Estado de Sítio)

*Gabriel de Santis Feltran*

Doutorando Ciências Sociais Unicamp

Compreender o presente, depois das rupturas dos anos 90. Esse é o esforço dos ensaios que compõem *A era da indeterminação*, o volume mais recente da coleção Estado de Sítio, recém-lançado pela Boitempo Editorial. Organizado por Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek, o livro torna pública a originalidade da produção mais recente do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), da Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.<sup>1</sup>

Resultado de um projeto de pesquisa de cinco anos, a publicação escapa da fórmula usual das compilações temáticas que agrupam pesquisadores de um mesmo assunto. Muito ao contrário, o livro se aplica sobre um espectro de temas amplo, o que de cara já o faz referência incontornável para pesquisadores de domínios distintos das ciências sociais: da sociologia do trabalho à antropologia urbana; da economia ao estudo dos movimentos sociais; do debate sobre democracia à história do Brasil contemporâneo.<sup>2</sup> É na coerência – notável – dos pressupostos analíticos que os temas se articulam, e é dela que brota a força interpretativa do livro.<sup>3</sup>

Os argumentos que marcaram o desenvolvimento do projeto de pesquisa em questão têm uma cronologia. Partem da constatação, no final dos anos 90, de que as transformações da sociedade brasileira – avanço da privatização neoliberal e crise das possibilidades de regulação pública do mundo social – destituíam “as possibilidades de democratização e republicanização, anteriormente abertas pelo fim da ditadura militar” (p.7). Uma ruptura a ser levada a sério. Daí até 2001, o grupo se dedicou a *abordar a forma e o fundo* dessas transformações, a proceder sua exegese. A primeira parte do livro, escrita por Francisco de Oliveira em 2002, sintetiza este momento do debate. O autor vai recuperar, no intervalo entre o golpe militar de 1964 e as primeiras eleições presidenciais diretas, em 1989, as linhas-mestras do que teria sido a aposta brasileira na política, no sentido de Rancière, e os modos como ela foi desmontada a partir daí.

<sup>1</sup> A última publicação coletiva do Cenedic data de 1998, e de certa forma pressagia o que se desenvolve no volume recém-lançado. Ver *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*, organizado por Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli, São Paulo: Editora Vozes (Coleção Zero à Esquerda), 1998.

<sup>2</sup> A “Introdução” é escrita por Cibele Rizek e Maria Célia Paoli. O corpo do livro é organizado em quatro partes: 1. Das invenções à indeterminação (Francisco de Oliveira); 2. Trabalho e sindicalismo na era da indeterminação (Roberto Vêras de Oliveira e Leonardo Mello e Silva); 3. Gestão, participação e violência: cenas e postos de observação (Carlos Bello, Cibele Saliba Rizek, Ana Amélia da Silva; Vera da Silva Telles); e 4. Política, indeterminação e exceção (Maria Célia Paoli; Francisco de Oliveira; Laymert Garcia dos Santos e Luiz Roncari).

<sup>3</sup> Vale lembrar que não se trata aqui, como também é comum, de uma compilação de artigos que orbitam tendo como centro a reflexão de um autor mais importante. Neste caso, a construção de parâmetros comuns de análise se dá entre diversos autores já consagrados, o que indica a dimensão e a seriedade do esforço intelectual conjunto, investido na preparação do livro.

Argumenta-se que a inventividade social dos movimentos de resistência à ditadura, cerne de sua emergência pública no fim dos anos 70, e da construção orgânica de um projeto de democracia à esquerda, nos 80, conseguiu demarcar no período um campo dentro do qual as disputas de poder se desenrolavam. A simples existência deste campo já era politicamente promissora, pois em política importa mais a criação de parâmetros comuns para a disputa, um terreno estável onde os atores se movam, do que os “conteúdos” ou “resultados” da disputa em si. A demarcação deste campo – que intensificou o debate sobre o “espaço público” – iluminava os nexos *entre* as dinâmicas sociais e sua aparição pública, o que conferiu plausibilidade à política e à democracia. Pois bem, essa foi a aposta que se desmanchou nos anos 90, e daí as origens da indeterminação recente: perde-se a inteligibilidade dos processos e mediadores que vinculam as esferas social e política, cria-se uma grande zona de sombra sobre o mundo social, que tende então a se instrumentalizar.

O presente seria marcado, no Brasil, pela política em *negativo*. Não apenas pela derrota de um projeto republicano, mas pelo desmanche dos parâmetros pelos quais ele poderia (e pôde) ser pensado. Não se trataria de um problema dos atores, ou de sua *performance*, mas da anulação do próprio jogo de referências que rege sua interação. O pressuposto analítico de ruptura exige um pensamento político radical, que lhe seja coerente. Se as referências comuns que obrigavam o debate nacional a passar pela política foram anuladas pela base, mesmo as iniciativas surgidas para politizar e publicar aparecem hoje, não raro, capturadas pela lógica oposta. Daí o ciclo que alimenta – na política e no pensamento – a indeterminação, e permite que o conceito nomeie o mundo contemporâneo.

A segunda e a terceira partes do livro vão investigar onde foram parar os celeiros da política oitentista no Brasil – os sindicatos, os movimentos sociais populares, os espaços promissores de participação social na política, a dinâmica social das periferias das grandes cidades. E vai constatar que seus destinos são, via de regra, também marcados pela desativação dos parâmetros comuns pelos quais se concebia a disputa de poder. O deslocamento no terreno social foi brutal, política agora confunde-se com técnica, gestão e administração, e o processo ainda está inconcluso. A in-

determinação campeia, mais ou menos explicitamente, das formas de ação do MST aos Fóruns Sociais Mundiais, do debate sindical recente aos Orçamentos Participativos, da violência das periferias urbanas à mundialização da economia.

Mas sempre que o quadro explicativo do livro parece claro, a surpresa aparece. Ao partir para a demonstração empírica do “desmanche”, acompanhando as modificações dos últimos anos, a própria questão central que movia o projeto se reformula, como explicam os autores. A partir de 2003, 2004, a exegese da privatização neoliberal vai cedendo espaço para um esforço progressivo de *descrição* do mundo que (res)surge entre as ruínas do que se perdeu.

Trata-se agora de desvelar, mesmo que num mundo opaco, as linhas de força que retêm sua explicação e os sentidos de sua continuidade. É a metáfora do Estado de Exceção que aparece com força, nesse momento, e paradoxalmente, paralela a ela abrem-se as fronteiras – teóricas e políticas – que problematizam a exceção no caso brasileiro. Os ensaios da parte final do livro perscrutam e questionam este paradoxo, das privações que geram a negatividade da análise, necessária para que surjam as linhas de fuga de sua inescapabilidade.<sup>4</sup> A indeterminação ganha ainda mais destaque, vai parar no título, mas muda de estatuto. Não apenas a desestruturação de um mundo anterior gera indeterminação, mas também é indeterminado o que se apresenta como futuro em instituição.

É neste jogo de perspectivas cruzadas de interpretação do presente, heterogêneas ainda que articuladas, que talvez se demonstre o quanto a agenda de reflexão proposta pelo Cenedic merece ser desdobrada. Teoricamente, analiticamente, empiricamente. Até porque um pensamento radical lançado sobre o presente exige um esforço descritivo nada banal, até aqui apenas iniciado. A cronologia do desenvolvimento do projeto de pesquisa encaminha um investimento intelectual maciço tanto na resolução teórica do jogo de referências mobilizado<sup>5</sup> como, e fundamentalmente, numa redefinição do estatuto da dimensão normativa

<sup>4</sup> O último artigo do livro recorre à poesia de Drummond, e da interpretação dela resgata o que creio ser uma boa descrição deste paradoxo analítico, ou seja, o momento “entre um passado de esperança perdido e um futuro que depende da ação negativa do poeta para ser criado” (p.367).

<sup>5</sup> Ler *A era da indeterminação* é dialogar tanto com Celso Furtado, Sérgio Buarque e Florestan Fernandes, quanto com Adorno e Benjamin,

da teoria, e do estatuto do trabalho de campo na produção analítica.

A intenção de compreender o presente demarca então uma posição política. Mesmo que não haja mais republicanização possível, a própria radicalidade com que isso se apresenta – expressa por todo o livro – faz brotar um caráter crítico e experimental do pensamento que refunda a própria possibilidade do dissenso politizador. Este parece ser o experimento central em questão: fazer da teoria política um pressuposto ativo, embora não-reificado, tanto da análise quanto da disputa social e política. É esse experimento que fascina na *Era da indeterminação*, e que me parece ser sua contribuição mais original ao debate.

---

5 (cont.) Hannah Arendt e Foucault, Jacques Rancière e Giorgio Agamben. O debate procura situar no pensamento brasileiro a tese da longa duração da indeterminação que marcaria a história do país (apesar dos lapsos conjunturais de politização, sempre vinculados à publicização do conflito pela entrada em cena dos setores populares), e nos expoentes do pensamento político ocidental a centralidade da indeterminação política na explicação do contemporâneo.